



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 05 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Sebastião Pinheiro

Adllander Matos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse da Deputada à Assembleia Nacional.

Foi apresentada a proposta de voto de pesar pelo desaparecimento físico do Sr. Dr. Celestino Rocha da Costa, falecido na República Portuguesa.

Depois de ter sido apresentado pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, José Diogo (ADI), foi

apreciado e aprovado na generalidade, especialidade e em votação final global o projecto do Orçamento da Assembleia Nacional, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Albertino Bragança (PCD), Alcino Pinto (MLSTP/PSD), Octávio Boa Morte (ADI), Carlos Correia (ADI) e Helder Paquete (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Cecílio Quaresma **da Graça** do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Filomena Maria de F. D. X. de P. **dos Prazeres**
Flávio Pires Mascarenhas **dos Ramos**
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José da Graça **Diogo**
José António do Sacramento **Miguel**
José Manuel M. **Costa Alegre**
Júlio **Smith** Lima
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Martinho da Trindade **Domingos**
Mário **Fernando**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo **Jorge** de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
Ângela Maria da Graça **Viegas** Santiago
António Afonso **Ramos**
António Neves **Sacramento Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita Lima **Taraveira**
Dionísio **Fernandes** Leopoldino
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
 Joaquim **Rafael Branco**
José da Graça **Viegas** Santiago
Júlio Lopes Lima da **Silva**
 Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Manuel **Martins** Quaresma
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Silvíia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Arzemiro de Jesus Ribeiro da Costa **dos Prazeres**

Filomena Maria X. de Pina dos Prazeres
Firmino João Raposo
Francisco Inácio da Silveira **Rita**
Maria Edite Salvaterra Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Cravid **Bonfim** Menezes

Sr.^{as} e Srs. Deputados, após a passagem do Natal e Ano Novo, espero que tenham retemperado as forças para prosseguirmos os nossos trabalhos parlamentares, com maior espírito de dedicação, tolerância e diálogo, nesta nossa missão.

Temos um empossamento e assim convido a Sr.^a Secretária a proceder à leitura da Acta de tomada de posse.

A Sr.^a **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, Caras e Caros Deputados, muito bom dia. Faço votos para que o ano 2011 seja de prosperidade, de muitas concretizações para esta Casa Parlamentar.

Passo a ler o Termo de Posse da Deputada substituta a Assembleia Nacional:

«Aos 5 dias do mês de Janeiro do ano 2011, compareceu perante o Plenário da Assembleia Nacional, a Sr.^a Deputada substituta Olímpia Dias Xavier de Pina do círculo eleitoral de Água Grande, em substituição do Sr. Deputado eleito Manuel da Cruz Marçal Lima, tendo a mesma prestado juramento nos seguintes termos: «...».

A Sr.^a Deputada prestou juramento nos termos legais.

E para constar, se lavrou o presente Termo de Posse que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pela empossada e por mim, a Secretária Permanente da Mesa da Assembleia Nacional, que o lavrou.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada recém-empossada, as nossas felicitações e desejos de bom desempenho.

Antes de entrarmos propriamente na Ordem do Dia, a Mesa gostaria de submeter às digníssimas e digníssimos Deputados uma proposta de voto de pesar em memória do Sr. Dr. Celestino Rocha da Costa, que foi um homem do nosso Estado, fundamentalmente da primeira década, por isso, queria propor um minuto de silêncio.

O Plenário guardou, de pé, um minuto de silêncio.

Com a permissão de VV. Excelências, a Mesa vai proceder à leitura de um texto de projecto de voto de pesar para a vossa aprovação.

Tem a palavra a Sr.^a Secretária.

A Sr.^a **Secretária** (Celmira Sacramento): — Projecto de voto de pesar: «Os Deputados a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe lamentam profundamente o desaparecimento físico do Sr. Dr. Celestino Rocha da Costa ocorrido a 23 de Dezembro de 2010, na República Portuguesa, que foi Primeiro-Ministro e Chefe do Governo no período de transição do regime monopartidário para o pluripartidário. Pela enorme perda que a sua morte representa para o povo de São Tomé e Príncipe, alguém que labutou pelo desenvolvimento do País, tendo desempenhado, dentre outras, as funções de: Primeiro-Ministro e Chefe do Governo 1988-1991; Ministro do Estado para a Área Social 1985-1988; Ministro do Comércio e Pescas 1983-1985; Ministro da Justiça 1978-1982; Ministro da Educação Nacional e Desporto 1977-1978; Ministro da Educação e Cultura 1976-1977, Secretário do Estado da Justiça 1975-1976; Presidente da Comissão Eleitoral Nacional 1975; Membro da Comissão Nacional de Petróleo 2001; Conselheiro do Primeiro-Ministro para a Área do Petróleo 1999, exprimem publicamente o presente voto de pesar e endereçam à família enlutada a sua solidariedade, bem como as mais profundas e sinceras condolências.

São Tomé, 5 de Janeiro de 2011.

A Mesa da Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura, vamos passar a votar este projecto de voto de pesar.

Submetido à votação na generalidade foi aprovado por unanimidade.

Votemos na especialidade.

Submetido à votação na especialidade foi aprovado por unanimidade.

Por último, votemos em final global

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Entrando já na Ordem do Dia, conforme a convocatória, temos nesta primeira parte, o trabalho principal e único, a aprovação do nosso Orçamento interno, ou seja, Orçamento da Assembleia Nacional para 2011.

É um documento elaborado nos termos legais, mais precisamente, nos termos da lei Orgânica da Assembleia Nacional, pelo que, pedimos ao Presidente do Conselho da Administração ou um seu representante para proceder à introdução do documento.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, Caras e Caros Srs. Deputados: Seguindo o exemplo do Sr. Presidente e da Sr.^a Secretária da Mesa, antes de iniciar os nossos trabalhos de hoje, gostaria de aproveitar esta oportunidade singular para desejar um Próspero Ano 2011 a todos, com acrescidos votos de muita saúde, sucessos pessoais e profissionais.

Sr. Presidente, Ilustres Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: O Orçamento que tenho a honra de apresentar, como poderão constatar, é de austeridade, pois, que para sua elaboração, foram tomados em consideração os critérios macroeconómicos e as recomendações do Banco Mundial que aconselham a toda a Nação a projectar as previsões orçamentais com cautela e objectividade sobretudo com a devida contenção em relação às despesas correntes.

Neste sentido, o Conselho de Administração da Assembleia Nacional, sentiu-se motivado em dar um sinal de manifesta solidariedade com o Estado para cumprir com esse desiderato.

Excelências, após ter esboçado um primeiro gráfico do orçamento, um pouco desenquadrado com as limitações que se impunham, o Conselho tiveram necessidade de rever as dotações orçamentais em baixa, procurando harmonizá-las com a realidade do País. Citando apenas dois exemplos: Portanto, tínhamos, digamos assim, objectivos mais ambiciosos, nomeadamente na questão da rádio da Assembleia Nacional e o sistema de votação que achámos por bem aguardar para uma outra oportunidade. O que pretendemos é enviar um sinal claro aos nossos parceiros de cooperação a nossa vontade de gerir com rigor a coisa pública e o nosso empenho em contribuir na redução do défice orçamental do Estado. Por isso, o índice de incremento das dotações orçamentadas para 2011 estão abaixo do valor da inflação acumulada até Dezembro de 2010, concorrendo assim para a retenção de algumas acções que inicialmente estavam previstas. Assim sendo, os objectivos fixados para o ano económico 2011 são os seguintes:

1º- Prosseguir com os programas de cooperação parlamentar e inter-parlamentar.

2º- Participar em reuniões de organismos internacionais.

3º- Fortalecer a cooperação inter-parlamentar com a Assembleia Parlamentar da CPLP, a União Inter-parlamentar, Associação dos Secretários-gerais dos Parlamentos da Língua Portuguesa.

4º- Formar e capacitar os deputados e funcionários da Assembleia Nacional.

5º- Incrementar apoios aos grupos parlamentares e às Comissões Especializadas para melhor desempenho das suas actividades.

6º- Programar as missões de visita dos Presidentes e do Secretário-Geral.

7º- Incentivar a massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Assembleia Nacional, promover, por um lado, a modernização dos serviços e, por outro lado, a redução de custos com aquisição de consumíveis, tais como: papéis, toner, tinteiro, entre outros. Em outras palavras, mais suporte digital em apoio ao serviço da Assembleia Nacional e aos trabalhos dos Deputados no Plenário.

8º- Dar continuidade a segunda fase das obras de reabilitação do Palácio dos Congressos.

9º- Adquirir um sistema integrado de base de dados.

10º- Adquirir meios rolantes para os serviços da Assembleia Nacional.

11º- Elaborar um estudo com vista a modernização do espaço físico da Assembleia Nacional.

12º- Criar e apetrechar com novos móveis os gabinetes e as salas de reuniões da Assembleia Nacional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico de 2011 está fixado em Dbs: 54.178.933.709,00 (54 mil milhões, 178 milhões, 933 mil e 709 dobras) para as receitas e um valor equivalente para as despesas, sendo Dbs: 36.360.000.000,00 (36 mil milhões 360 milhões de dobras) correspondentes às despesas correntes e Dbs: 17.818.933.709, 00 (17 mil milhões 818 milhões, 933 mil e 709 dobras) correspondentes às despesas de capital.

As receitas correntes são estimadas em Dbs: 36.360.000.000,00 das quais Dbs: 35.950 000.000,00 (35 mil milhões 950 milhões de dobras) são provenientes do Tesouro Público e Dbs: 410.000.000,00 (410 milhões de dobras) correspondentes às receitas próprias. Relativamente às receitas de capital que são de Dbs: 17.818.933.709,00 (17 mil milhões, 818 milhões, 933 mil e 709 dobras), o grosso da sua fatia de Dbs: 12.250.000.000,00 (12 mil milhões, 250 milhões de dobras) é destinada ao investimento nas obras de reabilitação do Palácio dos Congressos, fase 2, e o restante, é para financiar outros investimentos como constante da lista já acima espelhada dos objectivos para o ano 2011.

Em termos globais, registou-se um aumento de 6,45% relativamente ao Orçamento de 2010, sendo 5,64% nas despesas correntes e 8,15% nas despesas de capital.

Por fim, gostaria de agradecer a dedicação e o empenho de toda a equipa da DAF que trabalhou afincadamente com os membros do Concelho de Administração para que pudéssemos ter como resultado a proposta de um orçamento que nos parece ser mais adequado aos tempos actuais, mais equilibrado, mais objectivo, se tivermos em conta as metas a atingir aquando da sua execução no decorrer do ano.

É tudo quanto nos oferece propor a esta augusta Assembleia para apreciação e aprovação.

Muito obrigado a todos pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Está feita a apresentação do projecto, por isso, está aberta a inscrição para pedido de esclarecimento ou quaisquer outras intervenções acerca da matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom dia e Boas Entradas no novo ano para todos.

Gostaria de pedir apenas um esclarecimento. No ponto 12 da página 135, estou a falar do Diário da Assembleia Nacional, um dos objectivos é «Missões de visitas dos Presidentes». A que Presidentes se refere?

Se calhar é para os Presidentes das Comissões também.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente do Conselho de Administração pode usar da palavra para esclarecer.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Deputado, o orçamento é uma previsão e nós estamos a prever que no futuro poderá haver a possibilidade de o Presidente viajar em missões não só apenas o Presidente, como, digamos, o Presidente do Conselho de Administração ou os Presidentes das Comissões Parlamentares.

Uma Voz: — *Dos presidentes das Comissões?*

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Dos presidentes das comissões, também.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Sr. Deputado está esclarecido sobre a visita tanto do Presidente da Assembleia Nacional como dos Presidentes das Comissões.

Ainda falando sobre essas visitas, por imperativo da moção, o Presidente da Assembleia, certamente, terá que viajar até o Timor. Sendo o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe também Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP, e este ano de 2011 está prevista a transição do poder para o Presidente da Assembleia do Timor-Leste. Portanto, será imperativo a deslocação do Presidente da Assembleia de São Tomé. Não só o Presidente, mas uma delegação.

Mais pedidos de esclarecimento.

Pelos vistos parece que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados estão satisfeitos com a apresentação feita pelo Presidente do Conselho de Administração.

A Sr.^a Vice-presidente quis levantar a questão se deve apresentar na Plenária o parecer da 2.^a Comissão sobre o Orçamento da Assembleia.

Parece que há um parecer, é um documento que pode ser apresentado, se a Plenária não quiser dispensar, na medida em que o Conselho de Administração também é um órgão colegial da Assembleia e ele é que tem a competência, a obrigação de elaborar e apresentar. Mas, se necessário, convido o representante da 2.^a Comissão, ou o relator para tecer comentários acerca do projecto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, fizemos um acordo com o Sr. Presidente do Conselho de Administração de que o nosso parecer não seria apresentado pelas seguintes razões: O Orçamento quando foi submetido a 2.^a Comissão, discutimo-lo e emitimos um parecer. E o nosso parecer ia um pouco na direcção de que a Plenária da Assembleia deveria discutir e aprovar o Orçamento. Porém, tendo em conta as necessidades da Assembleia, o Orçamento voltou a ser discutido com o Governo e o nosso parecer ficou ultrapassado. Houve acertos que foram feitos ao nível dessa discussão com o Governo, se não estou no erro, também na Conferência de Líderes e o nosso parecer ficou ultrapassado. Daí que julgamos não ser muito ajustado apresentarmos aquele primeiro parecer que discutimos e aprovámos em sede da 2.^a Comissão. É esta informação é que gostaríamos de brindar aos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, a todos os meus cumprimentos.

O Diário da Assembleia Nacional, fala sobre o projecto de resolução do Orçamento da Assembleia Nacional, na pág. 139, gráfico n.º 5. Na composição gráfica diz «políticos» 43%, «outros» 11% e «serviços» 46%. Quando vamos mais abaixo, onde há descrição, notamos que há diferença percentual, em que «políticos» passou a ter 42%, «serviços» que tinha 46% passou a ter 49% e «outros» que tinha 11% passou a ter 9%.

Gostaria que antes da sua publicação esta diferença fosse corrigida pelos serviços

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente do Conselho de Administração pode esclarecer?

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Em parte, o Sr. Deputado tem razão, mas há uma questão que gostaria de esclarecer. Esta manhã, o próprio Conselho de Administração, seus membros e uma equipa de DAF estivemos a ver esse problema. Esse problema já tinha sido visto, mas no compilar do documento para vir a Assembleia, veio o documento errado. Porque realmente, o que se tem que tomar em consideração é aquilo que está aí em baixo e não o que está no gráfico. Apenas isso. Já se produziu um documento corrigido, falta distribuí-lo aqui no Plenário.

O Sr. **Presidente**: — É preciso corrigir o gráfico. Onde está 11% passa a 9%, 43% passa a 42%, e 46% a 49%.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Bom dia Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados e bom ano para todos.

A minha intervenção é mais no sentido de esclarecimento. Na página 135, ponto 15, diz aqui: «Aquisição de equipamentos de sistemas de votação electrónica».

A minha preocupação é no sentido de saber se se trata de aquisição de mais um equipamento. Vejo dentro desta Sala um equipamento que não está em uso, pelo menos desde que conheci esta Casa nunca o vi trabalhar. Vai-se comprar mais um equipamento para a votação electrónica?

A outra questão está na página 135 onde fala de diminuição de verba de subsídios de viagem de trabalho dos deputados e funcionários em 10%, relativamente ao Orçamento da Assembleia Nacional para o ano de 2010. Gostaria de saber se essa diminuição também inclui o subsídio dos deputados que se deslocam da Região Autónoma do Príncipe para São Tomé, que já é um subsídio, do nosso ponto de vista, um bocado caricato.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Deputado, a questão de subsídio e tudo que tem a ver com remuneração ao nível da Assembleia são questões que foram bem acatadas nesse aspecto e nós na fase de elaboração, mesmo ao nível do Conselho e da DAF da Assembleia tivemos que acatar tudo que tinha a ver com salário, subsídio e tudo mais. Houve preocupação em aplicar o índice salarial em vigor no País para poder alisar os salários e tudo mais. Não vou entrar em detalhes, mas esta questão está acatada.

Para outras verbas tivemos que rever, em baixo, aquilo que dizia, no sentido de termos um orçamento exequível para este ano.

O Sr. Deputado citou votação electrónica, sim, temos ideia em activar este sistema, mas perante as limitações orçamentais que temos não sabemos se vai ser possível fazê-lo este ano ou transitá-lo para o próximo ano. É uma questão que está em aberto, veremos ao nível do Conselho a medida que vamos gerir melhor o nosso fundo e veremos como responder estas questões.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Correia foi esclarecido?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sim Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Significa dizer que a diminuição não atinge o subsídio de deslocação dos deputados do Príncipe para São Tomé.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente. Isso é só para uma questão de rectificação.

No Diário da Assembleia Nacional, na página 136, concernente ao gráfico comparativo entre 2010 e 2011, está no ponto 3, «Orçamento Corrente - Receitas», fala-se em 36 mil milhões e no gráfico está espelhado para 2011 está mais ou menos 39 mil milhões.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente do Conselho de Administração tomou a nota para a correcção do gráfico ou tem alguma explicação?

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que tomamos boa nota dessa questão, as correcções serão feitas e iremos produzir um documento correcto.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir. Há mais intervenções? Já podemos passar a votação?
Srs. Deputados, vamos votar na generalidade o Projecto de Resolução n.º 13/XIV/10.

Submetido à votação, na generalidade, foi aprovado com 25 votos do ADI, 1 voto do MDFM/PL, 7 votos do PCD e 21 votos do MLSTP/PSD.

Srs. Deputados, todos os dias aprendemos coisas novas. Fui descobrir há dias, no Regimento, artigo 114.º, ponto 7 que temos estado a trabalhar um pouco fora daquilo que manda a regra. Diz o artigo 114.º do nosso Regimento: 7- «No final da votação, a Mesa anuncia a distribuição partidária dos votos.»

Não temos feito isso.

Por isso é que queremos sempre melhorar e seguir aquilo que manda as regras.

Passemos a votação na especialidade, do texto introdutório.

«Projecto de Resolução: A Assembleia Nacional no uso da competência que lhe é atribuído no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 6/2010, vota nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição o seguinte: (...).

Há alguma emenda a fazer, Srs. Deputados?

Não havendo, passemos a votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 25 votos do ADI, 1 voto do MDFM/PL, 7 votos do PCD e 21 votos do MLSTP/PSD.

Passemos a votação artigo por artigo.

Submetido à votação, do artigo 1.º ao artigo 8.º, foram aprovados, com 25 votos do ADI, 1 voto do MDFM/PL, 7 votos do PCD e 21 votos do MLSTP/PSD.

Passemos a votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, do artigo 1.º ao artigo 8.º, com 25 votos do ADI, 1 voto do MDFM/PL, 7 votos do PCD e 21 votos do MLSTP/PSD.

Assim cumprimos esta primeira etapa, aprovando o Orçamento interno por unanimidade.

Muito obrigado pela participação, vamos agora fazer um intervalo para depois começarmos outra reunião com o Governo para o início do debate sobre o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano.

Declaro encerrada a Sessão.

Eram 11 horas e 10 minutos.